Depoimento de João Batista Natali sobre a sua experiência como aluno de Roland Barthes.

Recém-formado em jornalismo pela ECA-USP (fui da primeira turma da escola), desembarquei em Paris em março de 1971 com um ambicioso objetivo para o prosseguimento de meus estudos: destrinchar, por meio da semiologia, um conjunto de questões que minha geração valorizava em termos artísticos e políticos. Queria saber de que maneira funcionavam a significação, as estruturas da linguagem, saber se a ideologia se prestava a algo como uma rigorosa necropsia e outros aspectos que, na época, a teoria da comunicação oferecia de modo empobrecido (a “mensagem”), e que a linguagem militante contra o regime militar definia sumariamente como a prática de “conteúdos”.

Roland Barthes (1915-1980) já ocupava um lugar privilegiado na bibliografia e no imaginário de professores e estudantes da USP. Um de meus professores, Eduardo Peñuela Canizal, tornara-se um “barthesiano” e saltara da literatura hispânica, seu campo de especialização original, para uma abordagem mais geral e que alimentava, naquele bando de jovens ao qual eu pertencia, o projeto de busca de teorias que pudessem reforçar nossas irreverentes certezas.

Foi por meio de Peñuela que cheguei a textos de Barthes como “Elementos de Semiologia” e “Análise Estrutural da Narrativa”.

Pois bem, já na França, uma filipeta sobre esse ramo do ensino superior me informava que Barthes lecionava na então 4ª Seção da Escola Prática de Altos Estudos – atual Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais -, localizada na rue de Tournon, bem atrás do Palácio do Luxemburgo. Enviei a ele uma carta. Em poucos dias ele respondeu, pedindo-me que fosse encontrá-lo para discutir meu projeto de mestrado.

Barthes foi um homem de extrema doçura. Um sedutor, com voz extremamente grave e olhar atencioso, a cabeça meio inclinada para a direita, ternos cinza meio fora de moda e gravatas de seda às vezes castigadas por manchas de algum alimento que escapou de garfadas. E nos pés, imensos e atemporais mocassins. Ele deveria calçar 43 ou 44.

Sei hoje que meu projeto não era excepcional e em nada acrescentaria ao conjunto de trabalhos que meus demais colegas estariam pesquisando. Pesquisei em meu “memoire” de segundo ciclo – era esse o nome do estágio em que eu me encontrava - a estereotipia no humor político brasileiro. Discorrer sobre o tema era então meu profundo “désir”. Barthes defendia a prevalência dessa relação quase amorosa entre o sujeito e o objeto de pesquisas como motivação maior para se chegar a alguma etapa institucionalmente reconhecida no labirinto de títulos do ensino superior francês.

Senti, também, que fui aceito em razão da grife que a Universidade de São Paulo possuía entre os intelectuais parisienses que circulavam dentro do estruturalismo. E isso porque era a mesma universidade em que o departamento de antropologia foi aberto em 1936 por Claude Levi-Strauss, uma espécie de patriarca unanimemente reverenciado.

A partir de setembro, com o reinício das aulas após as férias de verão, a rotina acadêmica se resumia a um seminário semanal, que se alternava segundo dois modelos de funcionamento. No primeiro, Barthes reunia seus orientandos – em torno de 20 estudantes -, ouvíamos exposições de monografias e teses em andamento e o fazíamos segundo regras da maior informalidade. No segundo, Barthes fazia uma conferência, à cabeceira de uma mesa comprida, em torno da qual poderiam se acomodar umas 80 pessoas, e nos anos seguintes, para atender à demanda, num auditório. A esses encontros poderia ter acesso qualquer curioso ou interessado.

Em meu primeiro ano desse seminário ampliado Barthes discorreu sobre as « figuras » do discurso amoroso, submetendo-nos um conjunto de reflexões adoráveis que em seguida, resumidas a um terço da elaboração inicial, tornou-se « Os Fragmentos de um Discurso Amoroso ».

Nós, estudantes, nos tratávamos informalmente por “tu”. Mas Barthes, e nós a ele, nos tratava pelo “vous” mais formal. Havia nisso um certo anacronismo cerimonioso, dentro de uma França ainda mergulhada na ressaca de Maio de 1968, e que havia gerado uma espécie de gueto universitário – Paris-13, Vincennes – em que o “vous” foi simplesmente abolido, pouco importa se os professores se chamassem François Châtelet, Gilles Deleuze ou Michel Foucault.

Barthes havia publicado, no ano anterior (1971), “Sade, Fourier, Loyola”, em que discorria com uma subjetividade elegantemente assumida sobre os três autores díspares, mas ligados a uma relação de extremo prazer a seus campos de interesse. E no ano seguinte (1973), ele publicaria “Le Plaisir du Texte”, em que toda a parafernália conceitual do estruturalismo era deixada um pouco de lado, em nome justamente do prazer que uma leitura poderia despertar.

Para mim, foi um pequeno choque, já que eu havia previamente mergulhado na certeza de que a semiologia estava destinada a ser “a ciência dos signos”, com um certo rigor epistemológico e com a aspiração de se tornar uma ferramenta universalizante em seus métodos. Percebi, então, que deveria utilizar para meu próprio trabalho de pesquisa um enfoque menos rígido, em que a linguística de Ferdinand de Saussure (1857-1913), o pai do estruturalismo, e a de Emile Benveniste (1902-1976), na época inutilizado para o ensino por um cruel AVC, seriam autores de marcos para a sinalização da tarefa de escrita, e não “maîtres-à-penser” com seus rígidos monumentos metodológicos.

Lembro-me de que naquele período Barthes sugeriu como uma mistura de projeto lúdico e teórico que reuníssemos uma coleção de “biographèmes”, baseados no exemplo que ele próprio forneceu com “Sade, Fourrier, Loyola”. Algo como, para uma exemplificação brasileira, “Machado de Assis era devoto da própria mulher, Carolina, cuja morte o deixou abatido e por anos enlutado”. Era a “volta ao autor”, mas de maneira delicada, sem a mínima pretensão de associar a escrita a um atributo ou episódio biográfico.

Ele me encarregou de secretariar o trabalho coletivo, que, no entanto, deixou de dar certo em menos de duas ou três semanas. Comprei uma pasta cor-de-abóbora para guardas os fragmentos. Dentro dela, restaram apenas três folhas manuscritas pelo próprio Barthes. Algum bloqueio nos impediu de acompanha-lo como coautores. Pouco depois, e discorrendo sobre o fracasso de nosso pequeno projeto coletivo, Barthes nos lembrou, bem-humorado, de um outro fracasso que havia anteriormente vivenciado. A partir da publicação de « Sistema da Moda », ele intuiu que a gastronomia era também uma linguagem estruturada. Pediu para que seus então orientandos preenchessem fichas com os pratos de suas refeições nos dias anteriores. Mas as fichas foram devolvidas em branco. Havia nisso um pudor gastronômico no se enunciar a si próprio. Uma equivalência aproximada do pudor que nos levou a não colecionar os « biographèmes » que ele teria consumido de forma prazeirosa.

De qualquer modo, para mim e para o grupo ao qual eu pertencia, a passagem da semiologia como “ciência” à semiologia como balizamento a prática da escrita era algo bem mais em conformidade com a ideia de construir algo de novo, bem mais ao espírito das barricadas estudantis e bem menos apegado ao positivismo que prevalecia nos estudos literários da velha Sorbonne.

Terminei em dois anos minha monografia de mestrado. Tenho dela, até hoje, um único exemplar, datilografado em estêncil e multiplicado com o mimeógrafo (precursor distante das impressoras acopladas ao computador). E, numa pasta em separado, alguns capítulos de originais que encaminhei a Barthes ao longo do tempo, e que ele me devolvia com alguns parágrafos assinalados a lápis na margem esquerda, com as letras maiúsculas “T.B.” (très bien).

Tento me lembrar daquele grupo restrito de orientandos. Éramos dois brasileiros, eu e Miltom Cabral Viana, na época proffessor da Universidade Federal de Goiás e que depois fez carreira na Universidade de Brasília. Ele trabalhava sobre « Vidas Secas », de Graciliano Ramos.

Havia um chileno, dois alemães (um casal, Max e Irène), um norte-americano, uma italiana, um suíço (Max Weibel, que faria carreira na Universidade de Genebra e trabalhava sobre o Dicionário dos Erros, de Pierre Bayle), e os restantes eram franceses. A mais próxima de mim, em ternos afetivos, era Florence Blanc (divorciou-se anos depois e readotou seu sobrenome de solteira, Graeve), que trabalhava sobre os prefácios de Balzac.

Prevalecia na legislação sobre a pós-graduação a ideia de que o “patron de thèse” era a única referência acadêmica para o orientando. A formatação dos mestrados norte-americanos e que foi adotada no Brasil – a caça aos créditos, com disciplinas de muitos professores – era perfeitamente estranha aos franceses.

De maneira gratuita em termos acadêmicos, frequentei por anos o seminário de outro professor da École des Hautes Études, Eliseo Verón, ex-sociólogo argentino e então na vanguarda dos estudos derivados de Noam Chomsky.

Mas voltemos a meu roteiro. Para o mestrado, não havia uma cerimônia em que a banca inquiria o candidato. Ela, a banca, se reunia a portas fechadas, deliberava, e o estudante recebia o resultado da deliberação pelo correio. Minha “banca”, além do próprio Barthes, foi formada pela ensaísta Violette Morin e pelo historiador Jacques Le Goff, um superlativo medievalista e que era também o reitor de nossa instituição.

Estávamos em 1974. Já de há muito havia chegado ao fim uma bolsa que me havia sido dada pelo Conselho Mundial das Igrejas – os bolsistas eram em grande parte exilados políticos, não o meu caso. Eu sobrevivia com trabalhos na imprensa, na revista Manchete, na Radio France Internacional ou na Folha de S. Paulo, da qual havia sido por dois anos repórter, antes de viajar para a Europa.

Eis que a Folha me propõe colaborações regulares a partir de abril de 1974. E, por coincidência, morreu de câncer o presidente da República, Georges Pompidou. Como inexistem vice-presidentes na França, convocou-se uma eleição presidencial em que o socialista François Mitterrand foi por pouquíssimo derrotado pelo liberal Valery Giscard d´Estaing. Trabalhei intensamente na cobertura da campanha, o que me deu fôlego financeiro para permanecer na França e fazer o doutorado.

Consultei meu “patron”, que me sugeriu, desta vez, escolher um tema em contato direto com o idioma francês. Passadas as férias de verão, eu o consultei sobre o plano de trabalhar sobre os discursos de Maximilien de Robespierre (1758-1794), personagem que ainda considero como o mais fascinante da Revolução Francesa.

Barthes nunca apreciou as peças de oratória de governantes ou parlamentares. Ele as julgava um tanto vulgares. Mas meu esforço estava em demonstrar que as palavras valiam naquele período por sua teatralidade, pela dramaticidade que também existiam em Racine ou Brecht, dois autores de cabeceira do “patron”.

Foram três anos de trabalho, e nas aulas da escola, um período de uma singularidade extraordinária. “Os Fragmentos do Discurso Amoroso”, publicado pela Seuil em 1977, foi o produto de dois anos de seminário aberto – aquele acessível aos não-alunos, como escrevi há pouco.

Aquele período me chega em evocações muito nítidas, com segmentos que Barthes chamava de “figuras” – elas eram uma designação quase arbitrária, um pretexto para discorrer sobre uma situação ou um sentimento – como, por exemplo, a “attente” (espera). Lembro-me dele, do “patron”, colocando-se no lugar do jovem Werther, o protagonista do romance de Goethe, que esperava angustiado pela passagem do carteiro que poderia trazer uma mensagem da amada Lotte. Ou, numa versão modernizada, colocando o telefone sobre os joelhos e esperando que a pessoa amada o chamasse (foi antes que inventassem o celular).

Nos seminários restritos tínhamos o charme frequente de ouvir a exposição daqueles que estavam com seus trabalhos mais adiantados. Uma situação quase cômica envolveu um colega norte-americano que havia escolhido como tema de doutorado as páginas centrais da revista “Playboy”. Ou seja, o nu frontal das coelhinhas.

O “exposé” do companheiro era ilustrado por uma pilha de revistas que levara para mostrar ao grupo. Barthes em certo momento se irritou. Não tanto pelo fato de seu homossexualismo o tornar indiferentes àquela exuberância de seios e púbis. Mas, creio eu, pela superficialidade com que as coelhinhas eram tratadas.

Ele tomou uma das revistas em mãos, abriu na página do meio e pediu para que imaginássemos a tela de algum pintor renascentista e o princípio da linha de fuga. Em lugar do menino Jesus, sobressairiam partes da anatomia das modelos. Foi algo brilhante.

Em tempo: esse colega era genro de um importante paleontólogo americano, na época enviado em sigilo à Rússia para dar um jeito num bichinho que insistia em comer a carcaça do rosto embalsamado de Lênin.

Falemos de Alain Finkielkraut, que se tornou um intelectual relevante da França no final do século 20. Ele não era propriamente um orientando, mas comparecia com frequência ao seminário. Se me lembro dele foi em razão do mais brilhante dos “exposés” feitos por um de nós. Ele discorreu sobre Sartre, dramaturgo e filósofo, duas dimensões do personagem àquela altura devidamente engavetadas. Sartre seria um simples militante libertário até morrer, em 1980. O Sartre de Finkielkraut era vivo, vibrante, construído essencialmente de ideias e não de anedotário pessoal. Meu colega recosturava toda a terminologia e a temática do existencialismo sartreano, de modo original.

De tempos em tempos e nos anos seguintes eu me informava sobre a possibilidade de ele ter publicado tudo aquilo. Não o fez, ao menos naquilo que está hoje ao alcance do google francês.

Havia uma certa cumplicidade entre Barthes e gente como Finkielkraut ou Antoine Compagnon – ele também intelectual depois relevante. Ou então Florence Blanc, a quem já me referi. Ela sumiu de meu horizonte ao ser contratada por uma universidade do Marrocos. Ou então Denis Ferraris, que se aposentou recentemente como professor titular do departamento de literatura italiana de uma das universidades parisienes. Com Denis ainda mantenho frequentes contatos. Ele é o « D.F. » que aparece nas margens dos « Fragments », deferência de Barthes para com aqueles que haviam com ele discutido certas questões.

Pois bem, esses alunos eram todos “agrégés”, ou seja, tinham passado o exame de “agréegation”, pelo qual as pessoas se tornam, na mais pessimista das hipóteses, catedráticos do ensino secundário. É um exame dificílimo, para o qual muitos se preparavam na Escola Normal Superior – uma das instituições de elite na área de ciências humanas.

Barthes quis prestar a “agrégation”, mas não o fez porque, depois de alguns diplomas obtidos na Sorbonne, foi, ainda jovem, acometido de tuberculose, uma tragédia imobilizadora no imediato pré-Segunda Guerra, quando a humanidade não dispunha ainda da penicilina. Depois de longos períodos em sanatórios, permaneceram a frustração e o respeito pelos que haviam chegado lá.

Ao mesmo grupo de “eleitos”, mas por outros motivos, pertencia um brilhante jovem milanês chamado Contardo Calligaris, psicanalista, hoje colunista da Folha de S. Paulo e estabelecido no Brasil. Ele estava em formação psicanalítica e, intelectualmente brilhante, era um dos poucos que frequentemente jantavam com Roland Barthes e o conheciam na intimidade.

O fato é que essa intimidade nos era mais ou menos a todos acessível, ao menos em se tratando de pequenos hábitos ou idiossincrasias pessoais. Um exemplo. Naqueles anos que precederam a chegada do computador, os professores e escritores "mecanizados" tinham como opção a máquina de escrever e, para os mais modernos, a máquina elétrica. Mas Barthes privilegiava sua própria caligrafia. Escrevia à mão, e sobre isso chegou a discorrer de forma belíssima sobre os ideogramas no Japão e o quanto eles traziam do movimento do corpo.

Barthes chegava em aula com fichas redigidas numa letra regular e com minúsculas diferenças de espessura, por certo em razão da pressão variada que exercia sobre o papel. Ou seja, a escrita era uma atividade artesanal.

Talvez seja por isso que ele jamais se referia positivamente aos escritores surrealistas e à "escrita automática" de André Breton, que consistia em colocar no papel as ideias que fluíam, sem uma pré-valorização de estilo ou sem uma relação minuciosa entre o corpo - dos caligramas orientais - e as frases. A um certo momento um amigo dele e um de seus editores, Philippe Sollers, sugeriu que ele comprasse uma máquina de escrever elétrica. Ele o fez e, com toda boa vontade, tentou se adaptar a ela. Mas a experiência foi efêmera. Nunca mais voltou a falar desse aparelho que por certo passou a ocupar algum canto de seu escritório - ele dividia com a mãe um apartamento de dois pisos, nas imediações da igreja de Saint Sulplice -, mas não a superfície plana da escrivaninha.

Quanto a suas leituras, e Deus sabe o quanto elas foram numerosas, Barthes gostava de ler confortavelmente em casa, por mais que, se assim o desejasse, tinha o estatuto docente necessário para ter uma escrivaninha apenas para ele numa das salas reservadas da Biblioteca Nacional. Ele disse certa vez que invejava Michel Foucault, que justamente frequentava a BN, com um pequeno exército de bibliotecários que baixava livros esquecidos e que depois se tornavam referências de seus próprios livros.

Barthes também sempre foi um intelectual aberto à música. Se nunca ouvi uma palavra dele a propósito de compositores e intérpretes da música popular francesa, o "chansonnier", ele frequentava a música de concerto por meio de algumas atividades.

Além da Ópera de Paris, na época no Palais Garnier, já que a Ópera da Bastilhas seria inaugurada apenas bem depois de sua morte, em 1989, e lembro-me de o quanto comentou, encantado, uma produção de Pelléas et Melisandre, de Claude Debussy. Foi ele também a primeira pessoa que discorreu em minha presença sobre o Bach produzido pelo pianista canadense Glenn Gould, que na época afirmávamos ser extremamente cerebral, em oposição ao requinte emotivo da interpretação.

O canto foi para Roland Barthes um capítulo à parte. Quando jovem, descobriu-se barítono e chegou a tomar aulas com o grande cantor lírico francês Gerard Souzay, em quem admirava não apenas o timbre, mas também a discrição absoluta da respiração. Considerava grosseiras as interpretações do barítono alemão [Dietrich Fischer-Dieskau](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&sqi=2&ved=0CBwQFjAAahUKEwiN4vzvq5_IAhUJf5AKHTBMCHw&url=https%3A%2F%2Fpt.wikipedia.org%2Fwiki%2FDietrich_Fischer-Dieskau&usg=AFQjCNEf85VU2Cd6o3u7eC3zdem_y7qaJg&bvm=bv.103627116,d.Y2I), justamente pelo ímpeto respiratório que agregava ao fraseado dos lieder um tipo de emoção fácil. Caso tivesse assistido à emer gência de Luciano Pavarotti, teria sentido por ele o mesmo desprezo.

Outro campo sobre o qual ele nos distribuía certas fagulhas de confidência era o da gastronomia. Barthes gostava de comer bem, mesmo se avesso ao exibicionismo gastronômico que nos anos 90 se tornou um tique de gosto duvidoso de pessoas mais ou menos instruídas O fato é que ele temia ficar obeso. Lembro-me que essa vaidade o levou certa vez a nos aconselhar a não acreditarmos que pratos aparentemente leves, como o puré de batatas, fossem inofensivos em termos calóricos. Como é que um intelectual da estatura dele discorria sobre algo tão óbvio e banal? Pois é. Escapou em meio a confidências feitas eu aula.

Meses depois de minha defesa de tese - ela ocorreu exatamente segundo o modelo adotado no Brasil -, Barthes foi convidado em 1978 para lecionar no Collège de France. É o ponto mais alto da carreira docente naquele país. Na instituição, os professores são propriamente bolsistas, subsidiados pelo Ministério da Educação para levarem adiante suas pesquisas. Não há matrículas ou acompanhamento de trabalhos de alunos. São conferências, com acesso liberado para qualquer curioso.

Lembro-me que por pura curiosidade assisti a aulas de outros pesquisadores, a de Foucaut e a do psicanalista Jacques Lacan. O auditório ficava repleto, com dezenas de pessoas sentadas ao chão, junto ao pódio no qual estava a mesa do professor. Isso porque essa parte da plateia gravava a aula e pulava para trocar o lado da fita do gravador (fitas de uma hora, com 30 minutos de cada lado). E como os pequenos gravadores a bateria eram acionados ao mesmo tempo, depois de 30 minutos eles entravam numa sucessão de barulhinhos ("tec", "tec") que indicavam a necessidade de intervir manualmente para continuar a gravação.

Barthes fez sua aula inaugural como uma celebridade festejada pela comunidade acadêmica e por seus admiradores. O auditório principal do Collège de France foi pequeno para acolher todos os convidados. Uma parte deles foi alojada numa outra sala, em que a aula foi transmitida por telão. E a comunidade barthesiana se dividiu, então, entre aqueles que haviam ou que não haviam recebido convite. Eu não estava naquela ocasião em Paris. Havia viajado a trabalho. Soube da alta concorrência por amigos e pelos jornais.

Mas aquilo que poderia ser o início de um período intelectual de euforia, em razão do reconhecimento de sua obra acabou também sendo para Roland Barthes um momento de tristeza e frustração. Creio que a questão foi em parte gerada pelo falecimento da mãe dele, um pouco antes. Barthes foi um garotinho órfão. O pai morreu logo depois do nascimento dele, e o apego dele à mãe obedecia a um mecanismo quase pueril de afeto. Creio que o universo pessoal dele estava estruturado de tal maneira que a mãe se colocava como personagem fundamental, cuja ausência ele - apesar da existência de um irmão - seria dificilmente suprida pela convivência social com amigos e ex-discípulos, como Julia Kristeva, a quem ele reverencialmente sempre citava. E ela realmente foi uma intelectual brilhante.

Foi nesse momento de "disforia" (contrário de euforia, palavra dificilmente traduzível) que Barthes sofreu o acidente que dias depois o matou. Ele foi atropelado pelo furgão de uma lavanderia nas imediações do Collège de France. É difícil separar informações clínicas às quais poucos tiveram acesso de uma impressão generalizada que acabou prevalecendo. Mas o fato é que Roland Barthes, deprimido, teria demonstrado pouco esforço para continuar a viver. Entregou-se, ao que consta.

Foi sepultado na cidadezinha do Sudoeste da França em que tinha uma casa de campo. As necrologias dele foram redigidas por jornalistas prestigiados. Era um pedaço precioso da inteligência francesa que deixava de existir. E foi uma sucessão de mortes muito próximas uma das outras. Lacan e Foucault o acompanharam a poucos meses de distância.